



Ministério Público Federal
Procuradoria da República no Estado de Alagoas
Av. Juca Sampaio, N° 1800 – Barro Duro – Maceió/AL

**2º PROCESSO SELETIVO PÚBLICO DE 2023 DA PROCURADORIA
DA REPÚBLICA EM ALAGOAS/UNIÃO DOS PALMARES PARA A
CONTRATAÇÃO DE ESTAGIÁRIOS DE DIREITO**

GABARITO PRELIMINAR
(DIVULGAÇÃO EM 25/09/2023)

Caberá recurso dirigido por e-mail para pral-estagio@mpf.mp.br, em face da prova objetiva, no prazo de 1 (um) dia útil após a data de divulgação do gabarito preliminar, das 00h às 23h59 (horário local), conforme especificado no EDITAL PR/AL N° 08, DE 21 DE AGOSTO DE 2023.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
Procuradoria da República no Estado de Alagoas
SELEÇÃO PARA ESTAGIÁRIOS DE DIREITO – 2023.2

Sala: _____

INSTRUÇÕES

NÚMERO DE INSCRIÇÃO : _____

Prezado (a) Candidato (a): _____

VERIFIQUE, com muita atenção, este CADERNO DE PROVA. Deve conter 40 (quarenta) questões, de múltipla escolha, com quatro opções de resposta, indicadas pelas letras “A”, “B”, “C” e “D” e 02 (duas) questões subjetivas. Constatando qualquer anormalidade (página sem impressão, página repetida, ausência de página e correspondentes questões, impressão defeituosa), solicite imediatamente a substituição.

REVEJA as questões de múltipla escolha, conferindo as respostas, ANTES de marcar o Cartão de Respostas.

O Cartão de Respostas contém, para cada questão, cinco alternativas, indicadas pelas letras “A”, “B”, “C”, “D” e “E”. **A alternativa “E” deverá ser desprezada.**

ATENÇÃO!!! SEU CARTÃO DE RESPOSTAS SERÁ CORRIGIDO POR LEITURA ÓTICA.
PORTANTO:

- 1) Ao transcrever suas opções, use **SOMENTE caneta esferográfica azul ou preta;**
- 2) **Se a ALTERNATIVA “E” for assinalada, equivalerá à questão com resposta errada;**
- 3) Preencha o número de inscrição conforme modelo:

000789	
I N S C R I Ç Ã O	<input type="checkbox"/> 1 <input type="checkbox"/> 2 <input type="checkbox"/> 3 <input type="checkbox"/> 4 <input type="checkbox"/> 5 <input type="checkbox"/> 6 <input type="checkbox"/> 7 <input type="checkbox"/> 8 <input type="checkbox"/> 9
	<input type="checkbox"/> 1 <input type="checkbox"/> 2 <input type="checkbox"/> 3 <input type="checkbox"/> 4 <input type="checkbox"/> 5 <input type="checkbox"/> 6 <input type="checkbox"/> 7 <input type="checkbox"/> 8 <input type="checkbox"/> 9
	<input type="checkbox"/> 1 <input type="checkbox"/> 2 <input type="checkbox"/> 3 <input type="checkbox"/> 4 <input type="checkbox"/> 5 <input type="checkbox"/> 6 <input type="checkbox"/> 7 <input type="checkbox"/> 8 <input type="checkbox"/> 9
	<input type="checkbox"/> 0 <input type="checkbox"/> 1 <input type="checkbox"/> 2 <input type="checkbox"/> 3 <input type="checkbox"/> 4 <input type="checkbox"/> 5 <input type="checkbox"/> 6 <input checked="" type="checkbox"/> 7 <input type="checkbox"/> 8 <input type="checkbox"/> 9
	<input type="checkbox"/> 0 <input type="checkbox"/> 1 <input type="checkbox"/> 2 <input type="checkbox"/> 3 <input type="checkbox"/> 4 <input type="checkbox"/> 5 <input type="checkbox"/> 6 <input type="checkbox"/> 7 <input type="checkbox"/> 8 <input checked="" type="checkbox"/> 9

Este número de inscrição é apenas para exemplo, preencha de acordo com o número impresso em seu cartão.

- 4) Assine somente no campo reservado para esta finalidade.

NÃO HAVERÁ SUBSTITUIÇÃO DO CARTÃO DE RESPOSTAS.

Serão consideradas erradas as questões **rasuradas, em branco ou com mais de uma opção assinalada.**

Não será permitida consulta à legislação, doutrina, jurisprudência, apontamento ou a qualquer outro material. Eventual consulta implicará na exclusão do certame do candidato que assim proceder.

NÃO ASSINE, NEM IDENTIFIQUE A PROVA!!!!

24/09/2023

BOA SORTE !!!!

MARQUE UMA ÚNICA ALTERNATIVA EM CADA QUESTÃO

DIREITO CIVIL

Questão 1 - Sobre as disposições da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro, assinale a alternativa CORRETA:

- A) A lei nova, que estabeleça disposições gerais ou especiais a par das já existentes, revoga a lei anterior.
- B) Quando a lei for omissa, o juiz decidirá o caso de acordo apenas com a analogia.
- C) Salvo disposição contrária, a lei começa a vigorar em todo o país quarenta e cinco dias depois de oficialmente publicada.**
- D) A lei do país em que nascida a pessoa determina as regras sobre o começo e o fim da personalidade, o nome, a capacidade e os direitos de família.

Questão 2 - Sobre as pessoas naturais e as pessoas jurídicas, é INCORRETO afirmar que:

- A) São absolutamente incapazes de exercer pessoalmente os atos da vida civil os menores de 16 (dezesseis) anos.
- B) As pessoas jurídicas de direito público interno são civilmente responsáveis por atos dos seus agentes que nessa qualidade causem danos a terceiros, ressalvado direito regressivo contra os causadores do dano, se houver dolo por parte destes.**
- C) A União é pessoa jurídica de direito público interno.
- D) A existência da pessoa natural termina com a morte; presume-se esta, quanto aos ausentes, nos casos em que a lei autoriza a abertura de sucessão definitiva.

Questão 3 - Acerca da disciplina dos bens conforme regramento no Código Civil, assinale a alternativa INCORRETA:

- A) Os bens públicos estão sujeitos a usucapião, em hipóteses excepcionais previstas em lei.**
- B) A energia elétrica é considerada bem móvel para fins legais.
- C) São fungíveis os móveis que podem substituir-se por outros da mesma espécie, qualidade e quantidade.
- D) Constitui universalidade de direito o complexo de relações jurídicas, de uma pessoa, dotadas de valor econômico.

Questão 4 - Sobre os fatos e negócios jurídicos, assinale a alternativa CORRETA:

- A) No negócio jurídico celebrado com a cláusula de não valer sem instrumento público, este pode ser dispensado em algumas hipóteses previstas em lei, não podendo ser afastado por simples ato do registro público.
- B) Os negócios jurídicos benéficos e a renúncia interpretam-se ampliativamente.
- C) O silêncio jamais poderá ser interpretado como anuência.
- D) A manifestação de vontade subsiste ainda que o seu autor haja feito a reserva mental de não querer o que manifestou, salvo se dela o destinatário tinha conhecimento.**

Questão 5 - Sobre o Direito do Consumidor, assinale a alternativa CORRETA:

MARQUE UMA ÚNICA ALTERNATIVA EM CADA QUESTÃO

D) I, II, III e IV.

A) O consumidor pode desistir do contrato, no prazo de 10 dias a contar de sua assinatura ou do ato de recebimento do produto ou serviço, sempre que a contratação de fornecimento de produtos e serviços ocorrer fora do estabelecimento comercial, especialmente por telefone ou a domicílio.

B) As cláusulas contratuais, nos contratos de consumo, devem ser interpretadas de maneira neutra e imparcial.

C) É nula de pleno direito a cláusula que estabeleça inversão do ônus da prova em prejuízo do consumidor.

D) A nulidade de uma cláusula contratual abusiva invalida todo o contrato.

DIREITO CONSTITUCIONAL

Questão 6 - Julgue verdadeiro ou falso. O texto atual da Constituição da República Federativa do Brasil:

- I. Proscreeva a crueldade com os animais;
- II. Prevê a possibilidade de responsabilização penal da pessoa jurídica nos casos de condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente;
- III. Impõe a exigência de estudo prévio de impacto ambiental apenas para a instalação de obra ou atividade potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente;
- IV. Dispõe que a educação ambiental deve ser promovida em todos os níveis de ensino.

Estão CORRETAS as seguintes assertivas:

- A) I e II;
- B) II e IV;
- C) I e IV;

Questão 7 - Sobre o Ministério Público, julgue as assertivas abaixo:

- I. O Ministério Público da União (MPU) é composto apenas pelo Ministério Público Federal (MPF), Ministério Público do Trabalho e Ministério Público Militar;
- II. O Ministério Público da União tem por chefe o Procurador-Geral da República, nomeado pelo Presidente da República dentre cidadãos com mais de trinta e cinco e menos de setenta anos de idade, de notável saber jurídico e reputação ilibada, após a aprovação de seu nome pela maioria absoluta dos membros do Senado Federal, para mandato de dois anos, permitida a recondução.
- III. O Ministério Público Federal formará lista triplíce dentre integrantes da carreira, com mais de trinta e cinco e menos de setenta anos de idade, de notável saber jurídico e reputação ilibada, para escolha de seu Procurador-Geral, que será nomeado pelo Presidente da República, após a aprovação de seu nome pela maioria absoluta dos membros do Senado Federal, para mandato de dois anos, permitida a recondução;
- IV. A destituição do Procurador-Geral da República, por iniciativa do Presidente da República, deverá ser precedida de autorização do Senado Federal por maioria simples.

Estão CORRETAS as seguintes assertivas:

- A) I e II;
- B) II e IV;
- C) I e III;
- D) Nenhuma**

Questão 8 - Sobre a Ordem Econômica, julgue as assertivas abaixo:

- I. A ordem econômica, fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, tem por fim assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social;
- II. A defesa do meio ambiente constitui um dos princípios da ordem econômica;

MARQUE UMA ÚNICA ALTERNATIVA EM CADA QUESTÃO

III. A Constituição Federal dispõe que a exploração direta de atividade econômica pelo Estado só será permitida quando necessária aos imperativos da segurança nacional ou a relevante interesse coletivo;

IV. A dominação de mercados, segundo o texto constitucional, constitui abuso do poder econômico.

Estão CORRETAS as seguintes assertivas:

- A) I e IV;
- B) I e III;
- C) I, II, e III;**
- D) II, III e IV.

Questão 9 - Sobre os direitos políticos, julgue as assertivas abaixo:

I. Segundo a Constituição da República, o analfabeto é inelegível e seu voto é facultativo;

II. De acordo com o texto constitucional, a condenação criminal transitada em julgado, enquanto durarem seus efeitos, constitui uma das hipóteses de cassação de direitos políticos;

III. A lei que alterar o processo eleitoral entrará em vigor na data de sua publicação;

IV. Os estrangeiros não podem alistar-se como eleitores.

Estão CORRETAS as seguintes assertivas:

- A) I, III e IV;**
- B) I e III;
- C) I, II, e IV;
- D) Nenhuma.

Questão 10 - De acordo com a Constituição da República, assinale a alternativa INCORRETA:

A) As terras tradicionalmente ocupadas pelos índios constituem bens da União;

B) Compete privativamente à União proteger o meio ambiente e combater a poluição em qualquer de suas formas;

C) No âmbito da legislação concorrente, a competência da União limitar-se-á a estabelecer normas gerais;

D) Previdência social, proteção e defesa da saúde são matérias sujeitas à competência legislativa concorrente entre União, Estados e Distrito Federal.

Questão 11 - De acordo com a Constituição da República, assinale a alternativa INCORRETA:

A) O direito de greve não pode ser limitado por legislação infraconstitucional;

B) O princípio da eficiência está expressamente previsto na Constituição da República, determinando à administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios a sua observância;

C) A lei reservará percentual dos cargos e empregos públicos para as pessoas com deficiência e definirá os critérios de sua admissão;

D) Os estrangeiros, na forma da lei, também podem ter acesso a cargos, empregos e funções públicas.

DIREITO ADMINISTRATIVO

Questão 12 - Sobre os servidores públicos federais, assinale a alternativa CORRETA:

MARQUE UMA ÚNICA ALTERNATIVA EM CADA QUESTÃO

A) O servidor estável só perderá o cargo em virtude de sentença judicial transitada em julgado.

B) A transferência não é uma forma de provimento de cargo público reconhecida pela Lei nº 8.112/90.

C) A reversão é uma forma de provimento de cargo público.

D) A gratificação natalina corresponde a 1/11 (um onze avos) da remuneração a que o servidor fizer jus no mês de dezembro, por mês de exercício no respectivo ano.

Questão 13 - Sobre o regime disciplinar dos servidores públicos federais, é CORRETO afirmar que:

A) Em caso de prática de crime contra o meio ambiente por servidor público estável, a pena de demissão deverá ser aplicada automaticamente.

B) A pena de demissão somente se aplica aos servidores não estáveis.

C) A insubordinação grave em serviço é uma das hipóteses em que poderá ser aplicada a pena de demissão de servidor público federal.

D) Quanto à advertência, a penalidade disciplinar prescreverá em 1 (um) ano.

Questão 14 - Sobre a improbidade administrativa e a Lei nº 8.429/1992, assinale a alternativa INCORRETA:

A) O mero exercício da função ou desempenho de competências públicas, sem comprovação de ato doloso com fim ilícito,

afasta a responsabilidade por ato de improbidade administrativa.

B) Aplicam-se ao sistema da improbidade disciplinado na Lei de Improbidade os princípios constitucionais do direito administrativo sancionador.

C) As disposições da Lei nº 8.429/1992 são aplicáveis, no que couber, àquele que, mesmo não sendo agente público, induza ou concorra dolosamente para a prática do ato de improbidade.

D) O sucessor ou o herdeiro daquele que causar dano ao erário ou que se enriquecer ilicitamente está sujeito a responder pela improbidade administrativa praticada pelo de *cujus*, haja vista o caráter *propter rem* da sanção por improbidade.

Questão 15 - Ainda acerca da Improbidade Administrativa, julgue os itens a seguir, e ao final responda.

I – Conceder benefício administrativo ou fiscal sem a observância das formalidades legais ou regulamentares aplicáveis à espécie é hipótese de improbidade administrativa prevista no art. 10 da Lei nº 8.429/1992;

II – deixar de prestar contas quando esteja obrigado a fazê-lo é considerando ato de improbidade administrativa que se configura mediante comprovado dolo ou culpa do agente;

III – É ato de improbidade administrativa que causa prejuízo ao erário o de permitir, facilitar ou concorrer para que terceiro se enriqueça ilicitamente.

A) I e II são corretas.

B) A assertiva II é a única correta.

C) A assertiva III é a única correta.

D) I e III são corretas.

MARQUE UMA ÚNICA ALTERNATIVA EM CADA QUESTÃO

Questão 16 - Sobre as agências reguladoras e seu regime especial, assinale a alternativa CORRETA:

A) As agências reguladoras detêm poder normativo técnico, o qual é delegado pela lei para edição de normas técnicas complementares de caráter geral, normas estas com força de lei e não submetidas a controle administrativo e/ou judicial.

B) As agências reguladoras detêm autonomia decisória, embora ainda submetidas à supervisão ministerial quando algum de seus atos ultrapasse os limites de sua competência ou contrariem as políticas públicas do governo central.

C) As agências reguladoras, embora de regime especial, têm seu orçamento vinculado ao orçamento do ministério a que estejam subordinadas.

D) Todos os servidores das agências reguladoras detêm regime jurídico diferenciado dos demais servidores públicos federais.

Questão 17 - Sobre os atos administrativos é INCORRETO afirmar que:

A) “Atos complexos” e “atos compostos” são classificações sinônimas.

B) Existe uma presunção de legitimidade dos atos administrativos.

C) O ato administrativo, tão logo praticado, pode ser imediatamente executado, atributo este chamado de autoexecutoriedade.

D) Decretos e regulamentos são exemplos de atos administrativos.

DIREITO PENAL

Questão 18 - Sobre a Lei de Crimes Ambientais, assinale a alternativa INCORRETA:

A) A prestação de serviços à comunidade consiste na atribuição ao condenado de tarefas gratuitas junto a parques e jardins públicos e unidades de conservação, e, no caso de dano da coisa particular, pública ou tombada, na restauração desta, se possível.

B) É circunstância que agrava a pena ter o agente cometido a infração atingindo áreas de unidade de conservação.

C) As pessoas jurídicas são responsabilizadas administrativa e civilmente conforme o disposto na Lei nº 9.605/98, não sendo possível sua responsabilização penal.

D) É circunstância que atenua a pena a comunicação prévia pelo agente do perigo iminente de degradação ambiental.

Questão 19 - Marque a opção CORRETA a respeito da teoria do erro jurídico-penal:

A) O erro sobre a ilicitude do fato, se evitável, isenta o réu de pena.

B) É isento de pena quem, por erro plenamente justificado pelas circunstâncias, supõe situação de fato que, se existisse, tornaria a ação legítima, mesmo quando o erro deriva de culpa e o fato é punível como crime culposos.

C) O erro quanto à pessoa contra a qual o crime é praticado é causa de isenção de pena.

D) O erro sobre elemento constitutivo do tipo legal de crime exclui o dolo, mas permite a punição por crime culposos, se previsto em lei.

MARQUE UMA ÚNICA ALTERNATIVA EM CADA QUESTÃO

Questão 20 - Após passar meses sem conseguir pagar as parcelas do financiamento de seu carro e com medo de ter seu automóvel apreendido, Joana resolveu contrair um empréstimo com um agiota. Porém, na data de vencimento do empréstimo, Joana não tinha conseguido economizar o valor suficiente para quitar sua nova dívida. Diante disso, resolveu aproveitar sua habilidade manual e tecnológica e, usando modernos equipamentos de impressão emprestados por um primo, Joana fabricou 10 notas falsas de R\$ 100,00, misturando-as às notas verdadeiras que entregou ao agiota. As notas falsas ficaram tão bem feitas que apenas uma perícia poderia detectar a inidoneidade das cédulas. Sobre o caso, assinale a alternativa **CORRETA**:

- A) Joana praticou o crime de estelionato.
- B) Joana praticou o crime de moeda falsa.**
- C) A conduta de Joana se amolda à descrição do delito de falsidade ideológica.
- D) Considerando que a atividade de agiotagem é ilícita, Joana não cometeu crime algum ao fabricar e posteriormente entregar notas falsas ao agiota.

Questão 21 - Aponte a assertiva **INCORRETA** sobre concurso de crimes:

- A) No concurso de crimes, as penas de multa são aplicadas distinta e integralmente
- B) Quando o agente, mediante uma só ação ou omissão, pratica dois ou mais crimes, idênticos ou não, aplica-se-lhe a mais grave

das penas cabíveis ou, se iguais, somente uma delas, mas aumentada, em qualquer caso, de um sexto até metade.

C) Quando o agente, mediante mais de uma ação ou omissão, pratica dois ou mais crimes da mesma espécie e, pelas condições de tempo, lugar, maneira de execução e outras semelhantes, devem os subsequentes ser havidos como continuação do primeiro, aplica-se-lhe a pena de um só dos crimes, se idênticas, ou a mais grave, se diversas, aumentada, em qualquer caso, de um sexto a dois terços.

D) No caso de aplicação cumulativa de penas de reclusão e de detenção, executa-se primeiro a menos grave, isto é, a de detenção.

Questão 22 - Assinale a assertiva **INCORRETA** acerca dos crimes contra o patrimônio:

A) A conduta de deixar de repassar à previdência social as contribuições recolhidas dos contribuintes, no prazo e forma legal ou convencional, constitui um indiferente penal.

B) A destruição de coisa própria com o intuito de haver indenização ou valor de seguro constitui crime de estelionato.

C) No crime de roubo, há causa de aumento de pena se a violência ou ameaça é exercida com emprego de arma de fogo.

D) Constitui crime de receptação a conduta de receber ou ocultar, em proveito próprio ou alheio, coisa que sabe ser produto de crime.

Questão 23 - Huguinho, Zezinho e Luizinho passavam férias na cidade de Foz do Iguaçu/PR quando tiveram a ideia de

MARQUE UMA ÚNICA ALTERNATIVA EM CADA QUESTÃO

ganhar um dinheiro extra. Aproveitando-se da fronteira com o Paraguai, resolveram entrar em contato com um fornecedor de cocaína, para adquirir a droga com o intuito de vendê-la no Estado de Alagoas. Caso a operação fosse bem sucedida e gerasse lucro considerável, repetiriam a aquisição e venda depois de alguns meses. Assim, Huguinho e Zezinho combinaram de atravessar a fronteira entre Brasil e Paraguai de carro para buscar o produto. Luizinho ficou com medo de ir com os amigos, e contribuiu apenas custeando o aluguel do veículo, bem como as despesas com o excesso de bagagem aérea que teriam para esconder a droga entre objetos pessoais e outros produtos lícitos que comprariam no Paraguai. Marque a assertiva **INCORRETA** acerca dos crimes praticados por Huguinho, Zezinho e Luizinho:

- A) Huguinho e Zezinho praticaram o crime de tráfico internacional de entorpecentes.
- B) Como sua única ação foi contribuir financeiramente para a empreitada dos amigos, Luizinho não cometeu crime algum.
- C) Ao financiar a prática criminosa dos amigos, Luizinho também cometeu um delito previsto na Lei nº 11.343/2006.
- D) Huguinho, Zezinho e Luizinho praticaram o delito de associação para o tráfico.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

Questão 24 - Quanto aos princípios do Direito Processual Penal, marque a alternativa CORRETA:

- A) De acordo com o princípio da publicidade, todos os atos processuais devem ser públicos, exceto se envolverem pessoas politicamente expostas.
- B) A observância do princípio da presunção de inocência não obsta que inquéritos policiais e ações penais em curso sejam utilizados para agravar a pena-base.
- C) Juiz natural é aquele definido pela lei, após o fato, para o julgamento de caso específico.
- D) De acordo como a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, não viola as garantias do juiz natural, da ampla defesa e do devido processo legal a atração por continência ou conexão do processo do corréu ao foro por prerrogativa de função de um dos denunciados.

Questão 25 - Marque a alternativa CORRETA:

- A) A lei processual penal vigente deve ser aplicada aos atos processuais que lhe são posteriores, ainda que seja mais gravosa.
- B) Não se admite a interpretação extensiva da lei processual penal.
- C) A aplicação da lei processual penal no espaço orienta-se pelo princípio da extraterritorialidade.
- D) Os princípios gerais do direito apenas podem complementar a lei processual penal em desfavor do acusado.

Questão 26 - Marque a alternativa INCORRETA.

MARQUE UMA ÚNICA ALTERNATIVA EM CADA QUESTÃO

A) Remetidos os autos do inquérito policial ao órgão do ministério público para a dilação do prazo das investigações, este poderá oferecer denúncia, se entender que já há justa causa para a propositura da ação penal, ainda que o inquérito policial não tenha sido relatado pela autoridade policial.

B) É possível a instauração de inquérito policial de ofício pela autoridade policial, para apurar delitos de ação penal pública incondicionada, ainda que haja oposição da vítima.

C) A requisição de inquérito policial deverá ser analisada pela autoridade policial, que fará o devido juízo de conveniência e oportunidade sobre a instauração da apuração.

D) O prévio indiciamento do investigado não é requisito para que a órgão ministerial ofereça denúncia em face deste mesmo investigado.

Questão 27 - Marque a alternativa CORRETA:

A) Ação penal originária é aquela que se inicia perante o juiz singular.

B) São condições da ação a possibilidade jurídica do pedido, a causa de pedir e a legitimidade das partes.

C) A representação do ofendido, nos casos em que a lei a exige, configura condição de procedibilidade da ação penal.

D) Não obstante o trânsito em julgado da sentença absolutória no juízo criminal, não haverá coisa julgada na esfera cível, mesmo quando tiver sido categoricamente reconhecida a inexistência material do fato.

Questão 28 - Consideradas as assertivas abaixo, marque a alternativa CORRETA:

I) Em regra, os crimes contra o patrimônio de empresa pública federal são de competência da Justiça Federal, enquanto os crimes contra o patrimônio de sociedade de economia mista federal são de competência da Justiça Estadual, exceto, neste último caso, quanto por outra razão esteja prevista a competência federal para o caso.

II) São de competência da Justiça Estadual os crimes contra a organização do trabalho.

III) Compete ao Superior Tribunal de Justiça processar e julgar originariamente, nos crimes comuns, os ex-governadores dos Estados e do Distrito Federal.

A) Apenas uma assertiva está correta.

B) Apenas duas assertivas estão corretas.

C) Nenhuma assertiva está correta.

D) Todas as assertivas estão corretas.

Questão 29 - Marque a alternativa CORRETA:

A) A interposição do recurso de apelação deve vir acompanhada das razões recursais, sob pena de preclusão.

B) Revogada a prisão preventiva, esta não poderá ser novamente decretada, salvo em razão do cometimento de novo delito.

C) Se o acusado, citado por edital, não comparecer, nem constituir advogado, ficarão suspensos o processo e o curso do prazo prescricional.

D) Caberá recurso, no sentido estrito, do recebimento da denúncia.

MARQUE UMA ÚNICA ALTERNATIVA EM CADA QUESTÃO

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

Questão 30 - Contra decisões e sentença dos juízes de primeiro grau são cabíveis os seguintes recursos:

- A) Apelação e agravo de instrumento, apenas.
- B) Apelação, exclusivamente.
- C) Apelação, agravo de instrumento e embargos de declaração.**
- D) Apelação e embargos de divergência.

Questão 31 - Sobre os recursos, assinale a alternativa INCORRETA:

- A) A sentença desafia o recurso de apelação, no prazo de 15 dias úteis.
- B) A sentença tem eficácia imediata e a apelação não suspende seus efeitos.**
- C) O apelado será intimado para apresentar contrarrazões no prazo de 15 dias.
- D) A decisão pode ser impugnada no todo ou em parte.

Questão 32 - Sobre a atuação do Ministério Público no processo civil, assinale a alternativa CORRETA:

- A) O Ministério Público está dispensado de preparo ao interpor recurso.**
- B) Em processo civil, a atuação do Ministério Público se resume às ações civis públicas e às ações de improbidade, as quais possui, por mandamento constitucional, a exclusividade para seus manejos.

C) Nas audiências presenciais, o Ministério Público tem assento no mesmo patamar e ao lado do juiz que preside o ato apenas quando atua como fiscal do ordenamento jurídico, devendo o membro do parquet sentar-se no mesmo plano das partes quando for o autor da ação.

D) Caso a ação civil pública ajuizada pelo Ministério Público seja improcedente, deve a instituição ser condenada em honorários advocatícios.

Questão 33 - Sobre o processo civil de improbidade administrativa:

A) A lei de improbidade administrativa sofreu inúmeras e profundas alterações com o advento da lei 14.230/2021. No entanto, a nova lei manteve a necessidade de intimação prévia dos requeridos para oferecerem manifestação por escrito, antes do juízo de recebimento da inicial pelo juiz.

B) Para juntar provas de possíveis atos de improbidade administrativa, pode o membro do Ministério Público Federal instaurar inquérito civil, todavia o prévio inquérito civil não é obrigatório para que o procurador da República exerça o direito de ação, desde que tenha elementos de prova suficientes a configurar justa causa.

C) A indisponibilidade de bens do requerido é possível, sendo o dano presumido, não precisando o Ministério Público demonstrar perigo de dano.

D) Na ação de improbidade, não é necessário individualizar a conduta do demandado.

Questão 34 - Sobre tutela provisória:

MARQUE UMA ÚNICA ALTERNATIVA EM CADA QUESTÃO

A) A tutela provisória pode ter por fundamento urgência ou evidência.

B) A tutela de evidência somente será concedida com a demonstração de perigo de dano à parte ou de risco ao resultado útil do processo.

C) Para a concessão de tutela de urgência, além dos requisitos de perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo, deve estar presente prova contundente do direito reclamado, além de existir jurisprudência consistente quanto ao direito pedido.

D) A eficácia da tutela concedida em caráter antecedente cessa se o autor não aduzir o pedido principal no prazo legal, desde que a parte prejudicada assim o requeira.

LINGUA PORTUGUESA

Questão 35 - Assinale alternativa em que a colocação pronominal se deu de forma INCORRETA:

A) Atrever-me-ia a discordar do argumento por ele apresentado;

B) Ocorreu-me que a tese oferecida pelo advogado se mostra consistente;

C) Ninguém viu-o sair pelos fundos da casa;

D) Tinha-lhe voltado as costas quando foi por ele interpelado.

Questão 36 - Quanto à regência verbal, assinale a alternativa escrita de acordo com a norma culta:

A) Assisti o filme com a minha família;

B) O diretor parou para informar-lhes de que as aulas seriam suspensas;

C) Ela preferiu adaptar-se às novas exigências a mudar de emprego;

D) O gerente visou, carimbando, a todos os documentos.

Questão 37 - Indique a alternativa em que o sinal indicativo de crase foi adequadamente utilizado:

A) O médico terminou à cirurgia;

B) Vou à Curitiba no próximo mês;

C) Ele está propenso à abandonar o projeto;

D) Ele considerou esta última proposta inferior à outra.

Questão 38 - Está CORRETA a flexão de todas as formas verbais na frase:

A) Se ele propor uma solução melhor, todos aceitarão;

B) Os prejuízos que adviram serão suportados por quem lhes deu causa;

C) O Judiciário interveio imediatamente e reouve a confiança da coletividade;

D) A confusão começou, porque eles não conteram seus impulsos.

Questão 39 - A palavra “conquanto” é (assinale a única alternativa inteiramente CORRETA):

MARQUE UMA ÚNICA ALTERNATIVA EM CADA QUESTÃO

A) Uma conjunção concessiva e pode ser substituída por sinônimos como porque, posto que, porquanto, entre outros;

B) Uma conjunção explicativa e pode ser substituída por sinônimos como embora, posto que, não obstante, entre outros;

C) Uma conjunção concessiva e pode ser substituída por sinônimos como embora, posto que, não obstante, entre outros;

D) Uma conjunção explicativa e pode ser substituída por sinônimos como porque, posto que, porquanto, entre outros.

Questão 40 - Assinale a alternativa que apresenta erro de concordância nominal ou verbal

A) Fugiu Carlos e Maria do castigo que sua mãe lhes imporia;

B) Agora, trata-se de consequências ainda mais gravosas;

C) Não se discute mais os problemas gerados pela crise;

D) Vários de nós ficamos bastante nervosos.

NÚMERO DE INSCRIÇÃO : _____

QUESTÃO 01. DIREITO CONSTITUCIONAL/ADMINISTRATIVO/PROCESSO CIVIL

Disserte sobre o instituto do controle de constitucionalidade no sistema jurídico brasileiro, abordando necessariamente os seguintes pontos:

- i) diferenças entre controle preventivo e repressivo;
- ii) diferenças entre controle concentrado e controle difuso;
- iii) tipologia das ações constitucionais existentes no direito brasileiro;
- iv) o papel do Procurador-Geral da República na jurisdição constitucional pátria

(Máximo: 30 linhas)

Atenção:

(1) Na prova discursiva, serão observados, para efeito de avaliação, além do conhecimento do tema proposto, clareza, objetividade, coerência na exposição de ideias e domínio da linguagem escrita (concordância, regência, ortografia, etc.) – item IV.3 do Edital 08/2023.

(2) A pontuação atribuída à questão varia de 0 (zero) a 40 (quarenta) pontos.

Atenção: tudo o que for escrito além da trigésima linha será desconsiderado.

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	

NÚMERO DE INSCRIÇÃO : _____

	QUESTÃO 01 - continuação
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

NÚMERO DE INSCRIÇÃO : _____

	QUESTÃO 01	RASCUNHO
1		
2		
3		
4		
5		
6		
7		
8		
9		
10		
11		
12		
13		
14		
15		
16		
17		
18		
19		
20		
21		
22		
23		
24		
25		
26		
27		
28		
29		
30		

NÚMERO DE INSCRIÇÃO : _____

QUESTÃO 02. DIREITO PENAL/PROCESSUAL PENAL

Em no máximo 20 (vinte) linhas, discorra sobre os seguintes PRINCÍPIOS PROCESSUAIS PENAIS:

- a) DEVIDO PROCESSO LEGAL;
- b) DA NÃO AUTOINCRIMINAÇÃO;
- c) DO ESTADO DE INOCÊNCIA.

Atenção: tudo o que for escrito além da vigésima linha será desconsiderado.

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	

NÚMERO DE INSCRIÇÃO : _____

	QUESTÃO 02	RASCUNHO
1		
2		
3		
4		
5		
6		
7		
8		
9		
10		
11		
12		
13		
14		
15		
16		
17		
18		
19		
20		

